

Novo teto custará R\$ 6 mi à prefeitura

Mais gasto/ano. Projeto que amplia o teto salarial de R\$ 23 mil para R\$ 30 mil aos servidores do estado vai beneficiar cerca 100 funcionários da Prefeitura de Campinas. Apenas um deputado da RMC votou contra PÁG. 02

Aumento de teto vai impor gasto extra de R\$ 6,9 mi à prefeitura

Negociação com servidor caminha para impasse

A primeira rodada de negociações da campanha salarial de 2018 dos servidores públicos municipais de Campinas realizada ontem, terminou com indicação de que haverá impasse.

A prefeitura ofereceu reajuste de 2,79% – que deverá ser parcelado em duas vezes – a primeira em dezembro deste ano e a segunda em dezembro de 2019.

O secretário de Relações Institucionais, Wanderley de Almeida, explicou que embora tenha havido melhora na arrecadação, os impactos da crise ainda estão sendo sentidos pelo município.

“Neste momento, esta é a proposta possível dentro da nossa realidade financeira”, explicou.

O coordenador do Sindicato, Tadeu Paranatinga, disse que a proposta da prefeitura “é totalmente fora da realidade”. Ele diz que o aumento de quase 13% na receita no primeiro quadrimestre do ano permite à prefeitura oferecer reajuste melhor. “Nós vamos submeter essa proposta a uma assembleia na segunda-feira, mas já posso adiantar que dificilmente será aceita”, avisou. **METRO**

17

mil servidores públicos da ativa, possui a Prefeitura de Campinas, segundo dados da Administração.

Gasto público. Um grupo de 100 funcionários públicos de Campinas vai se beneficiar com a ampliação do teto salarial, que passará dos atuais R\$ 23 mil para R\$ 30 mil

A aprovação da PEC 5 (Projeto de Emenda Constitucional) que equipara a remuneração máxima dos servidores públicos estaduais e municipais aos salários dos desembargadores do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), vai impor uma cota de gasto extra à Prefeitura de Campinas de aproximadamente R\$ 6,9 milhões. Os dados foram estimados ontem pela Secretaria de Finanças.

Com a mudança, o teto salarial dos servidores vai subir dos atuais R\$ 23 mil – que é o salário do prefeito – para R\$ 30 mil – que é a remuneração máxima dos desembargadores.

De acordo com a Secretaria de Finanças, a medida aprovada na noite de anteontem na Assembleia Legislativa, vai atingir 100 funcionários, que hoje estão limitados ao salário do prefeito – de R\$ 23.204,08.

Caso a decisão seja aplicada, o impacto financeiro será de cerca de R\$ 530



Prédio da prefeitura de Campinas | DIVULGAÇÃO/PMC

530

mil reais por mês. É o gasto extra projetado pela prefeitura com a ampliação do teto salarial aprovada na Alesp

mil/mês. “O município ainda estudará a matéria e as medidas a serem adotadas”,

informou a secretaria por meio de nota.

Unicamp

A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) promete divulgar hoje o impacto que a medida vai produzir na folha. O aumento do teto tem sido um problema para a reitoria, já que os servidores estão em gre-

ve desde o dia 22. Os servidores querem aumento de 12,6% e o Conselho de Reitores oferece 1,5%. O STU (Sindicato do Trabalhadores da Unicamp) usa o aumento do teto para pressionar a reitoria. Diz que a universidade vai aumentar os salários dos que ganham mais. A reitoria alega que a medida foi aprovada na Alesp. **TOTE NUNES**

Região só teve um deputado contra

Apenas um - o deputado Davi Zaia (PPS) - dos oito deputados estaduais da região de Campinas - votou contra a PEC 5 que ampliou o teto salarial dos servidores.

Todos os demais votaram a favor da alteração que deverá elevar o gasto do governo no estado em pelo menos R\$ 1 bilhão – ou se abstiveram.

Davi Zaia diz reconhecer que o funcionalismo está com o salário defasado, mas diz que esse não é o momento para uma mudança como es-

sa. Além disso, ele cobra uniformidade de procedimentos no funcionalismo. Lembra que promotores e auditores, por exemplo, possuem tetos diferenciados.

A deputada Célia Leão (PSDB) disse que votou a favor da PEC por entender que o achatamento dos salários, tem afastado bons profissionais do serviço público estadual.

Além disso, diz que São Paulo é o único estado do país, cujo teto segue o salário

do governador.

Rogério Nogueira (DEM) e Gustavo Petta (PCdoB) – que também foram favoráveis à medida, dizem que há defasagem nos salários dos servidores e que o Estado tem perdido mão de obra de qualidade. O deputado Edmir Chedid (DEM) não respondeu.

Os deputados Chico Sardelli e Feliciano Nahimi, ambos do PV se abstiveram de votar. Vanderley Macris (PSDB) não votou por ser presidente da Assembleia. **METRO**

Bancada Regional

Votaram a favor da PEC 5

- Célia Leão (PSDB)
- Gustavo Petta (PCdoB)
- Edmir Chedid (DEM)
- Rogério Nogueira (DEM)

Votaram contra:

- Davi Zaia (PPS).

Ausentes

- Feliciano Nahimi (PV)
- Chico Sardelli (PV)
- Cauê Macris (PSDB) (presidente não vota)